

ÍNDICE SISTEMÁTICO

Capítulo I – Introdução ao Processo	1
1.1. Finalidade do Processo	1
1.2. Princípios do Processo	1
1.2.1. Verdade real	2
1.2.2. Princípio da oficialidade	2
1.2.3. Princípio da legalidade	2
1.2.4. Princípio da indisponibilidade	3
1.2.5. Princípio da publicidade	3
1.2.6. Princípio do estado de inocência	5
1.2.7. Princípio do <i>favor rei</i>	6
1.2.8. O princípio da oralidade e seus consectários	6
1.2.8.1. Introdução	6
1.2.9. A oralidade no processo penal brasileiro	7
1.2.9.1. O problema da linguagem	7
1.2.9.2. Oralidade: aspectos introdutórios	9
1.2.9.3. Oralidade dos atos propriamente dita	10
1.2.9.4. Concentração	12
1.2.9.5. Imediação	14
1.2.9.6. Identidade física do juiz	16
1.3. Algumas Garantias Constitucionais	16
1.3.1. Introdução	16
1.3.2. O devido processo legal	17
1.3.3. Contraditório	18
1.3.3.1. Aspectos gerais	18
1.3.3.2. Juiz imparcial, partes e igualdade processual	19
1.3.4. Ampla defesa: autodefesa e defesa técnica	20
1.3.5. Direito à prova e decisões motivadas	22
Capítulo II – Sistemas Processuais	25
2.1. Sistemas Processuais	25
2.1.1. O sistema acusatório	25
2.1.2. Sistema inquisitivo	26
2.1.3. Sistema misto	27
Capítulo III – Lei Processual no Tempo e no Espaço e sua Interpretação	29
3.1. A Lei Processual Penal no Espaço	29
3.2. A Lei Processual Penal no Tempo	29
3.2.1. A modificação da competência	30
3.2.2. Normas mistas (penais e processuais)	31
3.3. A interpretação da Lei Processual Penal	36

Capítulo IV – Do Inquérito Policial	37
4.1. O Inquérito Policial: Preparação para a Ação Penal	37
4.1.1. Aspectos introdutórios e origem do inquérito policial	37
4.1.2. Breves notas sobre o inquérito: características e finalidade	38
4.1.2.1. Finalidade do inquérito e Polícia Judiciária	38
4.1.2.2. Características do inquérito policial	40
4.1.2.3. O contraditório no inquérito	43
4.1.2.3.1. Aspectos introdutórios	43
4.1.2.3.2. O contraditório e a ampla defesa no inquérito	44
4.1.2.3.3. O contraditório no atual cenário processual penal	45
4.1.2.3.4. Introdução das provas na fase contraditória	47
4.1.3. <i>Notitia criminis</i>	49
4.1.4. Início do inquérito policial	50
4.1.4.1. De ofício	50
4.1.4.2. Requisição	50
4.1.4.3. Requerimento do ofendido	52
4.1.4.4. Representação	52
4.1.4.5. Auto de prisão em flagrante	53
4.1.4.5.1. Introdução: da prisão em flagrante	53
4.1.4.5.2. Sujeito ativo da prisão em flagrante	54
4.1.4.5.3. Sujeito passivo da prisão em flagrante	55
4.1.4.5.4. Ação pública condicionada e privada	58
4.1.4.5.5. Espécies de flagrante	59
I – Introdução	59
II – Flagrante em sentido próprio	59
III – Flagrante Impróprio (quase-flagrante)	60
IV – Flagrante presumido (ou ficto)	60
V – Ação Controlada: flagrante diferido e interdição policial	60
4.1.4.5.6. Auto de prisão em flagrante: formalidades	61
4.1.4.5.7. Relaxamento da prisão	63
4.1.4.5.8. Flagrante preparado e esperado	63
4.1.4.5.9. Flagrante preparado e infiltração de agente policial	64
4.1.4.5.10. Relaxamento da prisão em flagrante	65
4.1.5. Breves notas sobre a realização do inquérito policial	66
4.1.5.1. Introdução	66
4.1.5.2. Diligências	66
4.1.5.2.1. Preservação do estado das coisas	66
4.1.5.2.2. Apreensão de instrumentos e outros objetos	66
4.1.5.2.3. Oitiva da vítima e testemunhas	67
4.1.5.2.4. Oitiva do indiciado, sua identificação e incomunicabilidade	67
4.1.5.2.5. Dos exames periciais	69
4.1.5.2.6. Reconhecimentos e acareações	69
4.1.5.2.7. A Reconstituição do Crime	70
4.1.6. Conclusão do inquérito policial	70
4.1.7. Os controles dos artigos 10 e 16 do Código de Processo Penal	72
4.1.8. O arquivamento e o desarquivamento do inquérito policial	73
4.1.9. O termo circunstanciado e o inquérito policial	76

4.1.9.1. Quem pode elaborar o termo	78
4.1.9.2. A obrigatoriedade do termo circunstanciado	80
4.1.10. Controle externo da atividade policial e a investigação pelo MP	82
4.1.10.1. Conceito e fundamentos	82
4.1.10.2. Necessidade do exercício da função institucional	83
4.1.10.3. Limites do controle externo	84
4.1.10.4. Instrumentos para o exercício do controle externo	86
4.1.10.5. A investigação a cargo do Ministério Público	88
Capítulo V – Ação Penal	97
5.1. Conceito e Fundamento Constitucional	97
5.1.1. Introdução	97
5.1.2. Natureza jurídica do direito de ação	97
5.2. Classificação da Ação Penal	98
5.2.1. Com base na tutela jurisdicional invocada	98
5.2.2. Classificação subjetiva	98
5.2.2.1. Ação penal pública	98
5.2.2.2. Ação penal privada	99
5.2.2.3. Legitimidade concorrente entre o MP e o ofendido	99
5.3. Condições da Ação Penal	101
5.3.1. Condições genéricas	101
5.3.1.1. Possibilidade jurídica do pedido	101
5.3.1.2. “Legitimidade <i>ad causam</i> ” ou legitimidade para agir	102
5.3.1.3. Interesse de agir	102
5.3.1.4. Falta de justa causa	105
5.3.2. Condições específicas	106
5.4. Ação Penal Pública Incondicionada	106
5.4.1. Conceito	106
5.4.2. Princípios da ação penal pública	106
5.4.2.1. Oficialidade	106
5.4.2.2. Indisponibilidade	107
5.4.2.3. Obrigatoriedade	107
5.4.2.4. Indivisibilidade	110
5.4.2.5. Intranscendência	111
5.4.3. Como se inicia a ação penal pública	111
5.4.3.1. Aspecto formal	111
5.4.3.1.1. Participação englobada, crimes societários e multitudinários e a descrição da conduta na denúncia	114
5.4.3.2. Recebimento ou rejeição da denúncia	114
5.4.3.2.1. Introdução	114
5.4.3.2.2. Prazo e suas consequências	116
5.4.3.2.3. Devolução do inquérito à polícia e aplicação do art. 28 do CPP	116
5.4.3.2.4. Arquivamento e ação penal privada subsidiária à pública	117
5.4.3.2.5. Arquivamento do Inquérito e o art. 28 do CPP	118
I – Introdução	118
II – Pedido tácito ou indireto de arquivamento	120

III – Promotor de Justiça que se recusa a analisar o inquérito ou processo	121
IV – Hipóteses de interpretação analógica e extensiva do art. 28 do CPP	122
V – Competência originária dos tribunais e pedido de arquivamento	124
VI – Revisão do pedido de arquivamento sem provocação judicial	125
VII – O acolhimento do pedido de arquivamento e suas consequências	125
5.5. Ação Penal Pública Condicionada	126
5.5.1. Conceito	126
5.5.2. Representação – natureza jurídica	126
I – Condição objetiva de punibilidade	127
II – Condição de procedibilidade	127
III – A representação como possibilidade jurídica do pedido	128
5.5.3. Destinatários da representação	128
5.5.4. Legitimidade para representar	128
5.5.5. Morte do ofendido	129
5.5.6. Prazo para a representação e o conceito de conhecimento da autoria	130
5.5.6.1. Prazo para a representação	130
5.5.6.2. Prazo para o exercício do direito na hipótese de morte do ofendido	131
5.5.6.3. Prazo para representação e queixa na hipótese de ofendido menor	132
5.5.6.4. Conceito de conhecimento da autoria	133
5.5.7. Retratação da representação	133
5.5.8. Retratação tácita	134
5.5.9. Eficácia objetiva da representação	134
5.5.10. Requisição do Ministro da Justiça	134
5.6. Ação Penal Privada	135
5.6.1. Conceito	135
5.6.2. Princípios	137
5.6.2.1. Oportunidade e renúncia ao direito de queixa	137
5.6.2.2. Disponibilidade: perdão, desistência e perempção	139
5.6.2.2.1. Aspectos gerais	139
5.6.2.2.2. Perdão do ofendido	139
5.6.2.2.3. Perempção	140
I – Conceito	140
II – Hipóteses de perempção	140
a) A inércia do querelante	140
b) A morte ou a incapacidade do querelante	140
c) A ausência do querelante a qualquer ato do processo	141
d) A falta de pedido de condenação	141
e) A extinção da pessoa jurídica	142
5.6.2.3. Indivisibilidade	142
5.6.2.4. Intranscendência	142
5.6.3. Legitimidade para promover a ação e requisitos da procuração (CPP, art. 44)	142
5.6.4. Prazos	143
5.6.5. Custas	144
5.7. Ação Penal Privada Personalíssima	145
5.8. Ação Penal Privada Subsidiária à Pública	145
5.9. Ação Penal nos Crimes contra os Costumes	146
5.9.1. Ação de iniciativa privada	146

5.9.2. Ação de iniciativa pública condicionada	147
5.9.3. Ação pública incondicionada	149
5.9.3.1. Crime contra os costumes com resultado morte ou lesão grave	149
5.9.3.2. Crime praticado por pai, padrasto, tutor ou curador	149
5.9.3.3. Crime praticado com violência real	150
5.9.3.4. A Súmula nº 608 do Supremo Tribunal Federal e a Lei nº 9.099/95	152
5.10. Ação Penal de Competência Originária	153
5.10.1. Introdução: preparação para a ação penal	153
5.10.2. Prisão em flagrante: Promotor de Justiça ou Juiz de Direito	154
5.10.3. O procedimento propriamente dito	154
5.10.4. O agravo regimental	157
5.10.5. O procedimento da exceção da verdade	157
5.11. Ação Penal Popular	158
Capítulo VI – Ação Civil de Reparação de Dano	161
6.1. A Reparação de Dano	161
6.2. A Responsabilidade Penal e a Responsabilidade Civil	162
6.3. A Execução Civil da Sentença Condenatória e a Ação Civil <i>Ex Delicto</i>	164
6.3.1. O Ministério Público e a ação civil <i>ex delicto</i>	166
6.4. A Execução Penal da Sentença Condenatória	168
Capítulo VII – Prisão	169
7.1 Aspectos Gerais	169
7.1.1. Noções introdutórias	169
7.1.2. Da prisão decorrente de sentença condenatória	170
7.1.2.1. Espécies de penas privativas de liberdade	171
7.1.3. A prisão administrativa, a prisão disciplinar e a prisão civil	171
7.1.3.1. Prisão disciplinar	171
7.1.3.2. Prisão administrativa	172
7.1.3.3. Prisão civil	173
7.1.4. Estado de defesa e estado de sítio	174
7.1.5. A cautelaridade no processo penal	175
7.1.6. A prisão cautelar de natureza processual	176
7.1.6.1. Prisão especial	178
7.1.7. O mandado de prisão e o seu cumprimento	179
7.2. Da Prisão em Flagrante	182
7.2.1. Natureza jurídica	182
7.2.2. Espécies de flagrante	183
7.2.2.1. Flagrante em sentido próprio	183
7.2.2.2. Flagrante impróprio (quase-flagrante)	184
7.2.2.3. Flagrante presumido (ou ficto)	184
7.2.3. Relaxamento da prisão	185
7.2.4. Flagrante preparado e esperado	185
7.2.5. Auto de prisão em flagrante	186
7.2.5.1. Introdução	186
7.2.5.2. Sujeito ativo da prisão em flagrante	186
7.2.5.3. Sujeito passivo da prisão em flagrante	187
7.2.5.4. Ação pública condicionada e privada	188
7.2.5.5. Auto de prisão em flagrante – formalidades	189

7.2.6. Prisão em flagrante e infração penal de menor potencial ofensivo	191
7.3. Da Prisão Preventiva	193
7.3.1. Natureza jurídica	193
7.3.2. Requisitos cautelares – <i>fumus boni juris</i> e <i>periculum in mora</i>	193
7.3.2.1. Garantia da ordem pública	194
7.3.2.2. Conveniência da instrução criminal	195
7.3.2.3. Segurança da aplicação da pena	195
7.3.2.4. Garantia da ordem econômica	196
7.3.3. Hipóteses legais	196
7.3.4. Requerimento, decretação e oportunidade	197
7.3.5. Fundamentação e revogação	197
7.3.6. Casos onde não se decreta a preventiva	198
7.3.7. Apresentação espontânea do acusado	199
7.4. Prisão Decorrente da Decisão de Pronúncia	199
7.4.1. O procedimento do júri e a decisão de pronúncia	199
7.4.2. A prisão decorrente da pronúncia	200
7.5. Prisão Temporária (Lei nº 7.960/89)	200
7.5.1. Conceito e natureza jurídica	200
7.5.2. Requisitos cautelares	201
7.5.2.1. <i>Fumus boni juris</i>	201
7.5.2.2. <i>Periculum in mora</i>	201
7.5.3. Hipóteses legais	203
7.5.4. Requerimento, decretação e prazos. Generalidades	203
Capítulo VIII – Liberdade Provisória	205
8.1. Conceito	205
8.2. Liberdade sem Fiança e com Vinculação	205
8.3. Liberdade Provisória e Crime Hediondo (Lei nº 11.464/07)	207
8.4. Liberdade sem Fiança e sem Vinculação	209
8.5. Liberdade Provisória com Fiança	210
8.5.1. Fiança: conceito e finalidade	210
8.5.2. Admissibilidade da fiança	210
8.5.3. Quem pode conceder e o momento	213
8.5.4. Obrigações do afiançado	214
8.5.5. Fixação do valor da fiança	214
8.5.6. Extinção da fiança	214
8.5.7. Execução da fiança	215
8.6. Liberdade Provisória e o Estatuto do Desarmamento	215
Capítulo IX – Jurisdição e Competência	217
9.1. Jurisdição e Competência. Conceitos	217
9.2. Princípios da Jurisdição	218
9.2.1. Inércia da jurisdição	218
9.2.2. Investidura	218
9.2.3. Indeclinabilidade de jurisdição	219
9.2.4. Inevitabilidade	219
9.2.5. Indelegabilidade de jurisdição	219
9.2.6. Improrrogabilidade de jurisdição	219

9.2.7. Juiz natural	220
9.2.8. Unidade de jurisdição	221
9.2.9. Princípio da aplicação jurisdicional da pena	222
9.2.10. Princípio do promotor natural	222
9.2.10.1. O trinômio unidade – indivisibilidade – independência	224
9.2.10.2. Suposta regra do procurador de justiça natural	230
9.2.11. Princípio da substitutividade	232
9.2.12. Princípio da complementaridade da jurisdição	232
9.2.13. Princípio da definitividade	232
9.2.14. Princípio da identidade física do juiz	232
9.2.15. Princípio do duplo grau de jurisdição	233
9.3. Formas e Divisões da Jurisdição	233
9.4. Competência	233
9.4.1. Introdução	233
9.4.2. Competência – lugar da infração	234
9.4.2.1. Crimes materiais	235
9.4.2.2. Crimes formais	235
9.4.2.3. Crimes de mera conduta	235
9.4.2.4. Crimes omissivos: próprios e impróprios	235
9.4.2.5. Crimes qualificados pelo resultado	236
9.4.2.6. Crimes permanentes e continuados	237
9.4.2.7. Crime tentado	237
9.4.2.8. Crimes a distância	237
9.4.2.9. Limite de duas ou mais comarcas	237
9.4.2.10. Infrações penais de menor potencial ofensivo	238
9.4.2.11. Crimes praticados fora do território nacional, em embarcações e aeronaves (CPP, art. 88)	238
9.4.3. Competência – domicílio do réu	240
9.4.3.1. Ação penal privada	240
9.4.4. Competência pela natureza da infração	240
9.4.4.1. Competência dos juizados especiais criminais	243
9.4.5. Competência por distribuição	243
9.4.5.1. A distribuição e o princípio do juiz natural	244
9.4.6. Competência por prevenção	245
9.4.7. Competência por prerrogativa de função	246
9.4.7.1. Observações	248
9.4.7.1.1. Crimes de responsabilidade	248
9.4.7.1.2. Deslocamento da competência durante o processo	249
9.4.7.1.3. Da exceção de verdade e prerrogativa de função	249
9.4.7.1.4. Crime cometido fora do Estado onde se exerce a função que assegura o foro especial	249
9.4.7.1.5. Prerrogativa de função e crime doloso contra a vida	250
9.4.7.1.6. A Federalização da competência para julgamento dos crimes praticados contra os direitos humanos	251
9.4.8. Conexão e continência	256
9.4.8.1. Introdução	256
9.4.8.2. Espécies de conexão	257
9.4.8.3. Conexão intersubjetiva	257

9.4.8.3.1. Intersubjetiva por simultaneidade	257
9.4.8.3.2. Intersubjetiva por concurso	258
9.4.8.3.3. Intersubjetiva por reciprocidade	258
9.4.8.4. Conexão material, lógica ou teleológica	258
9.4.8.5. Conexão probatória, instrumental ou processual	258
9.4.8.6. Espécies de continência	259
9.4.8.7. Continência por cumulação subjetiva	259
9.4.8.8. Continência por cumulação objetiva	259
9.4.8.9. Conexão e continência com as infrações de menor potencial ofensivo	260
9.4.9. Regras para fixação de foro	261
9.4.9.1. Introdução	261
9.4.9.2. Concurso entre o júri e outra jurisdição	261
9.4.9.3. Jurisdições da mesma categoria	261
9.4.9.3.1. Infração mais grave	262
9.4.9.3.2. Maior número de infrações	262
9.4.9.3.3. Demais casos pela prevenção	262
9.4.9.4. Jurisdições de categorias diversas	263
9.4.9.5. Jurisdição comum e especial	263
9.5. Exceções à Unidade do Processo	265
9.5.1. Jurisdição comum e militar	265
9.5.2. Justiça comum e de menores	266
9.5.3. Separação facultativa	266
9.5.4. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	267
9.5.5. Reunião dos processos	267
9.6. Conflito de Competência	268
9.6.1. Introdução	268
9.6.2. Competência absoluta e relativa no processo penal	269
9.6.3. Conflito de competência ou jurisdição?	270
9.6.4. Quem poderá suscitar o conflito e de que forma?	271
9.6.5. Competência para dirimir os conflitos	272
9.6.6. Questões controvertidas de fixação de competência	272
9.7. Conflito de Atribuições – Ministério Público	275
9.7.1. Conflito de atribuições entre promotores de justiça de Estados diferentes	277
Capítulo X – Das Exceções Processuais	281
10.1. Introdução	281
10.2. Exceção de Suspeição	282
10.2.1. Definição	282
10.2.2. Causas geradoras da suspeição	282
10.2.3. Momento e forma de arguição	283
10.2.4. Suspeição na instância superior	284
10.3. Exceção de Incompetência	284
10.3.1. Introdução	284
10.3.2. Incompetência absoluta e relativa	284
10.3.3. Momento e forma de arguição	286
10.4. Exceção de Litispendência	286
10.4.1. Introdução	286

10.4.2. Momento e forma de arguição	286
10.4.3. Consequências	286
10.5. Exceção de Ilegitimidade de Parte	287
10.5.1. Introdução	287
10.5.2. Forma e momento	288
10.6. Exceção de Coisa Julgada	288
10.6.1. Introdução	288
10.6.2. Momento e consequências	288
Capítulo XI – Medidas Assecuratórias	291
11.1. Introdução	291
11.2. Restituição de Coisas Apreendidas	291
11.3. Do Sequestro	292
11.3.1. Sequestro de bens imóveis	292
11.3.1.1. Procedimento do sequestro e interposição de embargos	293
11.3.2. Sequestro de bens móveis	295
11.4. Hipoteca Legal	295
11.4.1. Procedimento da hipoteca legal	296
11.5. Arresto	297
11.5.1. Arresto do art. 136	297
11.5.2. Arresto subsidiário do art. 137	297
Capítulo XII – Questões Prejudiciais	299
12.1. Conceito	299
12.2. Espécies	299
12.3. Sistemas de Solução das Questões Prejudiciais	300
12.4. Questão Prejudicial Obrigatória – Art. 92 do CPP	300
12.4.1. Efeitos da prejudicialidade obrigatória	301
12.4.2. Intervenção do Ministério Público	301
12.5. Questão Prejudicial Facultativa – Art. 93 do CPP	302
12.5.1. Efeitos da prejudicialidade facultativa	302
12.5.2. Intervenção do Ministério Público	302
12.6. Recursos Cabíveis	303
Capítulo XIII – Provas	305
13.1. Conceito e Finalidade	305
13.2. Objeto de Prova	305
13.2.1. Fato notório	306
13.2.2. Fato popularmente conhecido	306
13.2.3. Fatos admitidos pelas partes	306
13.2.4. Presunções	307
13.2.5. Direito	307
13.3. Limitações Especiais à Prova	308
13.3.1. Meios de prova	308
13.3.2. Limitações especiais	308
13.3.3. Provas ilegais: ilegítimas e ilícitas	309
13.3.3.1. Provas ilícitas e provas derivadas	312
13.4. Direito à Prova, Ônus da Prova e Prova Emprestada	314

13.4.1. Introdução	314
13.4.2. Condição de validade da prova	315
13.4.3. Prova emprestada	316
13.4.4. Ônus da prova	317
13.4.5. Produção antecipada de provas	318
13.5. Sistemas de Avaliação de Provas	318
13.5.1. Introdução	318
13.5.2. Íntima convicção	319
13.5.3. Prova legal	319
13.5.4. Sistema da livre convicção	319
13.6. Das Provas em Espécie	320
13.6.1. Perícias em geral	320
13.6.2. Do corpo de delito	322
13.6.2.1. Perícias	324
13.6.3. Do interrogatório	325
13.6.3.1. Interrogatório por videoconferência e interrogatório <i>on-line</i>	328
13.6.3.2. Interrogatório na Lei nº 9.099/95	336
13.6.3.3. Generalidades	336
13.7. Da Confissão	337
13.8. O Ofendido	338
13.8.1. Das perguntas ao ofendido	339
13.9. Das Testemunhas	341
13.9.1. Classificação das testemunhas	342
13.9.2. Depoimento – características	342
13.9.2.1. Regra da oralidade na prova testemunhal	343
13.9.3. Dever legal de depor	345
13.9.3.1. Compromisso de dizer a verdade	345
13.9.3.2. Contradita da testemunha	346
13.9.4. Local do depoimento	346
13.9.5. Retirada do réu da audiência e o uso da videoconferência	346
13.9.6 O uso da videoconferência na oitiva das testemunhas	346
13.10. Do reconhecimento de Pessoas e Coisas	347
13.11. Acareação	348
13.12. Dos Documentos	349
13.12.1. Conceito e aspectos gerais	349
13.12.2. Dúvida quanto à autenticidade do documento	350
13.12.2.1. Procedimento do incidente de falsidade	351
13.12.3. Produção do documento como meio de prova	352
13.13. Dos Índícios	353
13.14. Da Busca e Apreensão	354
13.14.1. Conceito	354
13.14.2. Oportunidade	354
13.14.3. Iniciativa	355
13.14.4. Espécies de busca	355
13.14.4.1. Busca domiciliar	355
13.14.4.2. Busca pessoal	356
13.14.4.3. Fundada suspeita	356
13.14.5. Busca e apreensão em escritório de advocacia	357

13.14.6. Generalidades	357
13.15. A Interceptação de Comunicação Telefônica	357
13.15.1. Considerações gerais	357
13.15.2. Interceptação do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática	358
13.15.3. Hipóteses de admissibilidade	359
13.15.4. Processamento da interceptação telefônica	360
Capítulo XIV – Procedimentos Criminais	363
14.1. Ação. Processo. Procedimento	363
14.2. Comunicação dos Atos do Processo	365
14.2.1. Introdução	365
14.2.2. Da citação	365
14.2.2.1. Conceito	365
14.2.2.2. Indispensabilidade da citação	366
14.2.2.3. Classificação e espécies de citação	366
14.2.2.3.1. Espécies de citação	366
14.2.2.3.2. Citação por mandado	367
14.2.2.3.3. Citação por precatória	368
14.2.2.3.4. Citação do réu preso, do militar e do funcionário público	368
14.2.2.3.5. Citação por carta rogatória e em legação estrangeira	369
14.2.2.3.6. Citação por edital	370
I – Edital de citação. Formalidades	372
II – A citação por edital e seus efeitos	373
III – Fatos criminosos praticados antes da vigência da Lei nº 9.271/96	375
IV – O prazo de suspensão do processo	376
V – A produção antecipada de prova e a prova testemunhal	377
VI – A prisão preventiva	379
VII – Recurso cabível da decisão que suspende o processo	379
14.2.2.3.7. Citação pessoal e revelia	380
14.2.2.4. Citação com hora certa	381
14.2.2.5. Citação no procedimento da Lei nº 9.099/95	382
14.2.3. Da intimação e da notificação	382
14.2.3.1. Aspectos gerais	382
14.2.3.2. Regras da intimação e notificação	383
14.3. Procedimento Comum Ordinário – Pena máxima Igual ou Superior a Quatro Anos	385
14.3.1. Introdução	385
14.3.2. Procedimento ordinário propriamente dito	385
14.3.2.1. Denúncia. Prazo	385
14.3.2.2. A rejeição da denúncia, a resposta escrita e a absolvição sumária do acusado	385
14.3.2.3. Recebimento da denúncia e audiência de instrução e julgamento	387
14.3.2.4. Diligências e alegações finais	389
14.3.2.5. Julgamento e princípio da identidade física do juiz	392
14.3.2.6. Excesso de prazo	393
14.4. Procedimento dos Juizados Especiais Criminais	393
14.4.1. Introdução	393
14.4.2. Regras norteadoras dos Juizados Especiais Criminais	394
14.4.3. Competência dos Juizados Especiais Criminais	396

14.4.3.1. Disposições gerais	396
I – Das contravenções penais	396
II – Dos crimes com pena máxima de dois anos, cumulada ou não com multa	396
a) Aspectos gerais	396
b) Causas especiais de aumento e diminuição	396
c) Agravantes e atenuantes	397
d) Continuidade delitiva e os concursos formal e material	397
III – Procedimentos especiais	398
14.4.3.2. Delimitação da jurisdição e prorrogação da competência	399
I – Lugar da infração	399
II – Conexão ou continência	399
III – Prerrogativa de função nos Juizados Especiais	400
IV – Prevenção pela distribuição do termo circunstanciado	400
14.4.3.3. Dos juízes: togados e leigos	401
14.4.3.4. Turmas de julgamento	402
14.4.3.5. Juizados Especiais Criminais Federais (Lei nº 10.259/01)	403
14.4.3.5.1. Aspectos introdutórios: a polêmica sobre a derrogação do art. 61 da Lei nº 9.099/95	403
14.4.4. Comunicação dos atos do processo	404
14.4.4.1. Aspectos gerais	404
14.4.4.2. Da citação	405
14.4.4.3. Das intimações e notificações	405
14.4.4.4. Nulidade dos atos processuais	406
14.4.5. Procedimentos e suas peculiaridades	406
14.4.5.1. Termo circunstanciado	406
14.4.5.2. Conciliação no juizado especial criminal	407
14.4.5.2.1. Renúncia e reparação do dano	407
14.4.5.2.2. Conciliação extrajudicial e renúncia tácita	409
14.4.5.2.3. Transação e insanidade mental do agente	410
14.4.5.2.4. Violência doméstica e JECRIM (Lei nº 10.455/02)	411
14.4.5.3. Proposta do Ministério Público, transação e homologação	413
14.4.5.3.1. Aspectos gerais	413
14.4.5.3.2. Condenação por sentença definitiva, à pena privativa de liberdade, pela prática de crime	414
14.4.5.3.3. Natureza da proposta do Ministério Público	416
14.4.5.3.4. Transação penal: poder discricionário ou direito subjetivo?	424
14.4.5.3.5. Transação e infração de alçada privada	426
14.4.5.3.6. Transação no Código de Trânsito Brasileiro	426
14.4.5.3.7. Transação penal e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03)	428
14.4.5.3.8. Arquivamento	430
14.4.5.4. Procedimento sumaríssimo	432
14.4.5.4.1. Denúncia oral	432
14.4.5.4.2. Audiência de instrução e julgamento	433
a) Aspectos gerais e defesa preliminar	433
b) Recebimento da denúncia	435
c) Oitiva de testemunhas	436
d) Interrogatório	436

e) Debates orais	437
f) Sentença	440
g) Superveniência de fato novo e pena mais gravosa	442
14.4.5.5. Recursos	443
14.4.5.5.1. Da apelação	443
14.4.5.5.2. Os embargos de declaração	444
14.4.5.5.3. Dos demais recursos, <i>habeas corpus</i> e revisão criminal	445
14.4.5.6. Execução	447
14.4.6. Suspensão condicional do processo	447
14.4.6.1. Introdução	447
14.4.6.2. Requisitos e condições para a suspensão condicional do processo	448
14.4.6.2.1. Requisitos: aspectos introdutórios	448
14.4.6.2.2. Crimes com a pena mínima igual ou inferior a um ano	449
I – Concurso de crimes (material, formal e crime continuado)	449
II – Agravantes e causas especiais de aumento de pena	450
III – Tentativa	450
14.4.6.2.3. Processo por crime doloso	451
14.4.6.2.4. O princípio do estado de inocência	452
14.4.6.2.5. Condenação por crime doloso	453
14.4.6.2.6. Demais hipóteses do art. 77 do Código Penal	454
14.4.6.3. A suspensão e a ação penal privada	455
14.4.6.4. Suspensão condicional do processo na Justiça Militar	456
14.4.6.5. Suspensão condicional do processo e os crimes ambientais	457
14.4.6.6. Suspensão do processo: crimes contra a ordem econômica e Código do Consumidor	458
14.4.6.7. Condições durante o período de suspensão	458
14.4.6.7.1. Condições obrigatórias	458
14.4.6.7.2. Condições judiciais ou facultativas	459
14.4.6.8. Concessão à revelia do Ministério Público	460
14.4.6.9. Controle judicial da atuação do Ministério Público	464
14.4.6.9.1. Considerações iniciais	464
14.4.6.9.2. Interpretação analógica do art. 28 do CPP	465
14.4.6.10. Revogação da suspensão	467
14.4.6.10.1. Aspectos gerais e suspensão da prescrição	467
14.4.6.10.2. Revogação obrigatória	467
14.4.6.10.3. Revogação facultativa	468
14.4.6.11. Extinção da punibilidade: hipóteses e momento	468
14.4.6.12. Suspensão condicional do processo: processos em andamento, desclassificação e suspensão do processo	470
14.5. Procedimento Comum Sumário – Pena Máxima Inferior a Quatro Anos de Prisão	475
14.6. Procedimento dos Crimes de Abuso de Autoridade	477
14.6.1. Procedimento propriamente dito	477
14.6.2. Generalidades da lei	478
14.6.3. Competência	479
14.7. Procedimento dos Crimes Dolosos contra a Vida	480
14.7.1. Aspectos introdutórios: fundamentos constitucionais	480
14.7.1.1. Soberania dos veredictos	480
14.7.1.2. Sigilo nas votações	482
14.7.1.3. Plenitude do direito de defesa	483
14.7.1.4. Competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida: questões controvertidas	484
14.7.1.5. O Tribunal do Júri na Justiça Federal	485

14.7.2. Características do Tribunal do Júri	485
14.7.3. <i>Judicium accusationis</i> ou sumário de culpa	486
14.7.4. Encerramento do <i>judicium accusationis</i>	489
14.7.4.1. Impronúncia (art. 414, CPP)	489
14.7.4.2. Desclassificação (art. 419, CPP)	490
14.7.4.3. Absolvição sumária (art. 415, CPP)	492
14.7.4.4. Pronúncia (art. 413, CPP)	494
14.7.4.4.1. Aspectos gerais	494
14.7.4.4.2. Efeitos da pronúncia	496
14.7.4.4.3. A pronúncia e o crime conexo	496
14.7.4.4.4. Intimação da pronúncia	497
14.7.5. <i>Judicium causae</i> (segunda fase do procedimento)	498
14.7.5.1. Introdução	498
14.7.5.2. Desaforamento	499
14.7.5.2.1. Casos de desaforamento	499
14.7.5.2.2. Procedimento do desaforamento	500
14.7.5.3. Organização do júri	501
14.7.5.3.1. Aspectos gerais	501
14.7.5.3.2. Jurado, sua função e responsabilidade	502
14.7.5.3.3. Juiz-presidente	503
14.7.5.3.4. Ordem dos julgamentos	504
14.7.5.3.5. Sorteio de 25 jurados (art. 432 do CPP)	505
14.7.5.3.6. Sessão de julgamento – instalação	505
14.7.5.3.7. Sessão de julgamento – pregão e adiamento	505
14.7.5.3.8. Sessão de julgamento. Princípios. Advertências	506
14.7.5.3.9. Sorteio do Conselho de Sentença	507
14.7.5.3.10. Sessão de julgamento – procedimento	507
14.7.5.4. Julgamento – questionário	511
14.7.5.4.1. Quesitos – aspectos gerais	511
14.7.5.4.2. Quesitos – forma, ordem e prejudicialidade	511
14.7.5.4.3. Quesito sobre falso testemunho	513
14.7.5.5. Julgamento – sentença	513
14.7.5.5.1. Sentença condenatória	513
14.7.5.5.2. Desclassificação própria e seus reflexos na Lei nº 9.099/95	514
14.7.5.5.3. Desclassificação imprópria	514
14.7.5.5.4. Efeitos do julgamento – conexão	514
14.7.5.5.5. Sentença absolutória	516
14.7.5.5.6. Absolvição imprópria	516
14.7.6. Dos atos essenciais e da ata de julgamento	518
14.7.6.1. Dos atos essenciais	518
14.7.6.2. Importância de uma ata de julgamento	519
14.7.7. Oralidade no procedimento do júri	521
14.8. Procedimento da Lei de Drogas (Lei nº 11.343/06)	524
14.8.1. Introdução: aspectos processuais	524
14.8.2. Generalidades	527
14.8.2.1. Auto de constatação e laudo definitivo	527
14.8.2.2. Dependência químico-toxicológica	527

14.8.2.3. Liberdade provisória e tráfico	527
14.8.2.4. Regime de cumprimento de pena	528
14.8.2.5. Substituição da pena privativa de liberdade por multa	528
14.8.2.6. Competência, conexão e continência	529
14.8.2.7. Perda dos instrumentos do crime	529
14.8.2.8. O sequestro do produto do crime	530
14.9. Procedimento da Lei de Imprensa (Lei nº 5.250/67)	531
14.10. Crimes contra a Honra	531
14.10.1. Introdução	531
14.10.2. Procedimento. Conciliação. Exceção da verdade	531
14.11. Responsabilidade de Funcionários Públicos	532
14.11.1. Introdução	532
14.11.2. Procedimento. Generalidades	533
14.12. Procedimento dos Crimes contra a Propriedade Imaterial	534
14.12.1. Considerações gerais	534
14.12.2. Ação penal	535
14.13. Procedimento dos Crimes Falimentares	537
14.13.1. Considerações gerais	537
Capítulo XV – Sentença e Coisa Julgada	539
15.1. Definição	539
15.2. Requisitos Formais	540
15.2.1. Intrínsecos	540
15.2.2. Extrínsecos	543
15.2.3. Declaração da sentença	543
15.2.4. Correlação entre imputação e sentença	544
15.2.4.1. <i>Emendatio libelli</i> (art. 383, CPP)	544
15.2.4.2. <i>Mutatio libelli</i> e suas consequências	545
15.2.4.2.1. <i>Mutatio libelli</i> (art. 384, CPP)	545
15.2.4.2.2. <i>Mutatio libelli</i> com aditamento (art. 384, <i>caput</i> , CPP)	545
15.2.4.3. Generalidades sobre o tema	546
15.2.4.3.1. Recusa do promotor em aditar	546
15.2.4.3.2. Aditamento pelo promotor de ofício	546
15.2.4.3.3. Ação privada e <i>mutatio libelli</i>	547
15.2.4.3.4. Fato conhecido à época da denúncia	547
15.2.4.3.5. <i>Mutatio libelli</i> em segunda instância	547
15.2.4.3.6. <i>Mutatio libelli</i> e supressão de fato descrito na denúncia	547
15.2.4.3.7. <i>Mutatio libelli</i> e suspensão condicional do processo	548
15.2.4.3.8. <i>Mutatio libelli</i> no limiar da ação penal	549
15.2.5. Tipos de sentença	549
15.2.5.1. Condenatória	549
15.2.5.2. Absolutória imprópria	551
15.2.5.3. Absolutória (art. 386, CPP)	551
15.2.5.3.1. Provada a inexistência do fato (art. 386, I, do CPP)	551
15.2.5.3.2. Não haver prova da existência do fato (art. 386, II, do CPP)	552
15.2.5.3.3. Não constituir o fato infração penal (art. 386, III, do CPP)	552
15.2.5.3.4. Prova do concurso do réu	552

15.2.5.3.5. Circunstância que exclua ou isente o réu de pena ou dúvida a esse respeito . . .	553
15.2.5.3.6. Não existir prova suficiente para a condenação (art. 386, VII, do CPP) . . .	554
15.2.6. Intimação da sentença . . .	554
15.2.7. Súmula vinculante . . .	555
15.3. Coisa Julgada . . .	556
15.3.1. Fundamento . . .	556
15.3.2. Limites da coisa julgada . . .	557
15.3.2.1. Limites subjetivos . . .	557
15.3.2.2. Limites objetivos . . .	557
Capítulo XVI – Recursos no Processo Penal . . .	559
16.1. Recursos – Aspectos Gerais . . .	559
16.1.1. Fundamento e natureza jurídica . . .	559
16.2. Tipos de Recurso . . .	561
16.2.1. Recurso voluntário . . .	561
16.2.2. A voluntariedade e o recurso do Ministério Público . . .	562
16.2.3. Recurso necessário ou de ofício . . .	562
16.3. Efeitos dos Recursos . . .	563
16.3.1. Efeito devolutivo . . .	563
16.3.2. Efeito suspensivo . . .	564
16.3.3. Efeito regressivo . . .	565
16.3.4. Efeito extensivo ou comunicabilidade . . .	565
16.3.5. Efeito substitutivo . . .	565
16.3.6. Efeito expansivo dos recursos . . .	565
16.4. Pressupostos dos Recursos . . .	566
16.4.1. Pressuposto lógico . . .	566
16.4.2. Pressuposto fundamental . . .	566
16.4.3. Pressupostos objetivos . . .	567
16.4.3.1. Previsão legal . . .	567
16.4.3.2. Tempestividade . . .	567
16.4.3.3. Adequação . . .	568
16.4.3.4. Regularidade formal . . .	568
16.4.4. Pressupostos subjetivos . . .	568
16.4.4.1. Interesse . . .	568
16.4.4.2. Legitimidade (Ministério Público e assistente de acusação) . . .	571
16.4.5. Juízo de admissibilidade . . .	572
16.4.6. Extinção anormal dos recursos . . .	573
16.4.6.1. Falta de preparo . . .	573
16.4.6.2. Apelo em liberdade e deserção . . .	573
16.4.6.3. Desistência . . .	575
16.4.7. Princípios dos recursos . . .	576
16.4.7.1. Fungibilidade . . .	576
16.4.7.2. Unirrecorribilidade . . .	576
16.4.7.3. Princípio do duplo grau de jurisdição . . .	577
16.4.7.4. Princípio da dialeticidade . . .	577
16.4.7.5. Princípio da voluntariedade . . .	578
16.4.7.6. Regra do <i>tantum devolutum quantum appellatum</i> . . .	578

16.4.7.7. Princípio da personalidade recursal . . .	579
16.4.7.8. Cláusula da Reserva de Plenário . . .	580
16.5. Recurso em Sentido Estrito . . .	580
16.5.1. Introdução . . .	581
16.5.2. Hipóteses de cabimento . . .	581
16.5.2.1. Aspectos gerais . . .	582
16.5.2.2. Hipóteses do art. 581 do Código de Processo Penal . . .	585
16.5.3. Forma de interposição e processamento . . .	587
16.6. Apelação . . .	587
16.6.1. Introdução: prazo e interposição . . .	587
16.6.2. Hipóteses de cabimento . . .	589
16.6.3. Processamento . . .	589
16.6.3.1. Em primeira instância . . .	589
16.6.3.2. Processamento no tribunal . . .	590
16.6.3.2.1. Apelação sumária . . .	590
16.6.3.2.2. Apelação ordinária . . .	590
16.6.3.2.3. Embargos infringentes e de nulidade . . .	591
16.6.4. Efeitos da apelação . . .	592
16.6.5. Generalidades . . .	592
16.6.5.1. Abrangência da apelação . . .	592
16.6.5.2. Extensão do apelo do Ministério Público . . .	592
16.6.5.3. Juntada de documento . . .	593
16.6.6. Apelação no procedimento das infrações de menor potencial ofensivo . . .	595
16.7. Protesto por Novo Júri . . .	595
16.8. Carta Testemunhável . . .	595
16.8.1. Introdução e cabimento . . .	595
16.8.2. Interposição e processamento . . .	596
16.9. Reclamação e Correição Parcial . . .	596
16.9.1. Da reclamação . . .	598
16.9.2. Correição parcial . . .	598
16.9.2.1. Noções gerais . . .	599
16.9.2.2. Procedimento . . .	600
16.10. Recurso Especial . . .	600
16.10.1. Conceito . . .	600
16.10.2. Hipóteses de cabimento e prequestionamento . . .	601
16.10.2.1. Prequestionamento . . .	601
16.10.2.2. Contrariar ou negar vigência à lei federal . . .	602
16.10.2.3. Julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da lei federal . . .	602
16.10.2.4. Dar à lei federal interpretação divergente a que lhe tenha dado outro tribunal . . .	602
16.10.3. Prazo, forma de interposição e efeitos . . .	604
16.10.4. Recursos Repetitivos . . .	604
16.11. Recurso Extraordinário . . .	604
16.11.1. Conceito . . .	604
16.11.2. Hipóteses de cabimento e repercussão geral . . .	606
16.11.2.1. Prequestionamento . . .	606
16.11.2.2. Contrariedade de dispositivo da Constituição Federal . . .	606
16.11.2.3. Declarar inconstitucionalidade de tratado ou lei federal e julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição . . .	606

16.11.2.4. Considerações gerais	607
16.11.3. Forma de interposição e prazo	607
Capítulo XVII – Habeas Corpus	609
17.1. Introdução	609
17.1.1. Breve histórico	609
17.1.2. Doutrina brasileira do <i>habeas corpus</i>	610
17.2. Natureza Jurídica	611
17.3. Espécies	613
17.4. Condições para Propositura da Ação	614
17.4.1. Do paciente	614
17.4.2. Legitimação ativa	615
17.4.3. Legitimação passiva (autoridade coatora)	618
17.4.3.1. Aspectos gerais	618
17.4.3.2. <i>Habeas corpus</i> contra ato particular	618
17.4.3.3. <i>Habeas corpus</i> contra ato de Promotor de Justiça	620
17.4.4. Possibilidade jurídica do pedido	621
17.4.4.1. Estado de sítio	621
17.4.4.2. Prisão disciplinar militar	622
17.4.4.3. Prisão administrativa	623
17.4.4.4. Prisão civil	623
17.4.5. Interesse de agir	625
17.5. Hipóteses Legais de Impetração	625
17.5.1. Quando não houver justa causa	625
17.5.1.1. Justa causa e inquérito policial	627
17.5.1.1.1. Aspectos gerais	627
17.5.1.1.2. Excesso de prazo no inquérito	629
17.5.1.1.3. Identificação criminal	630
17.5.2. Preso por mais tempo do que a lei determina	632
17.5.3. Incompetência para determinar a medida	634
17.5.4. Cessação do motivo que autorizou a coação	636
17.5.5. Não concessão de fiança admitida por lei	636
17.5.6. Quando o processo for manifestamente nulo	637
17.5.6.1. Aspectos gerais	637
17.5.6.2. Inépcia da denúncia	638
17.5.6.3. Ausência de defesa	639
17.5.6.3.1. Aspectos gerais	639
17.5.7. Quando estiver extinta a punibilidade	640
17.5.7.1. Aspectos gerais	640
17.6. Competência para o Julgamento	640
17.7. Requisitos da Petição e Procedimento	643
17.7.1. Requisitos da petição	643
17.7.2. Procedimento do <i>habeas corpus</i>	644
17.7.2.1. Aspectos gerais	644
17.7.2.2. Liminar em <i>habeas corpus</i>	644
17.7.2.3. Intervenção do Ministério Público	645
17.8. Generalidades	645

17.8.1. Dos recursos em face da decisão em <i>habeas corpus</i>	645
17.8.2. Sentença condenatória e <i>habeas corpus</i>	646
17.8.2.1. Fixação e dosimetria das penas	646
17.8.2.2. Denegação do <i>sursis</i>	647
17.8.2.3. <i>Habeas corpus</i> como sucedâneo de recurso	648
17.8.3. Reiteração do pedido	650
17.9. <i>Habeas Corpus</i> e Revisão Criminal	650
17.10. <i>Habeas Corpus</i> e Mandado de Segurança	651
17.11. <i>Habeas Corpus</i> no Processo de Execução	653
Capítulo XVIII – Revisão Criminal	657
18.1. Conceito	657
18.2. Natureza Jurídica	657
18.3. Legitimidade Ativa	658
18.4. Momento do Pedido	659
18.5. Cabimento da Revisão	659
18.5.1. Sentença condenatória e absolutória imprópria	659
18.5.2. Esgotamento das vias recursais	660
18.5.3. Revisão e decisão do júri	660
18.5.4. Revisão <i>pro societate</i>	660
18.6. Hipóteses de Admissibilidade	661
18.6.1. Aspectos gerais	661
18.6.1.1. Sentença contrária à lei ou evidência dos autos	661
18.6.1.2. Falsidade de documentos, exames e depoimentos	662
18.6.1.3. Surgimento de novas provas de inocência	663
18.7. Reiteração do Pedido	663
18.8. Competência	664
18.9. Processamento	664
18.10. Consequências da Procedência da Revisão	664
18.10.1. Das decisões proferidas em revisão	664
18.10.2. <i>Reformatio in pejus</i> indireta	665
18.10.3. Revisão e sua extensão ao corréu	665
18.10.4. Indenização	665
Capítulo XIX – Nulidades no Processo Penal	667
19.1. Introdução	667
19.1.1. Sistema legal das nulidades	668
19.1.2. Das nulidades	669
19.1.2.1. Incompetência, suspeição ou suborno do juiz	670
19.1.2.2. Ilegitimidade de parte	670
19.1.2.3. Falta das fórmulas ou dos termos	670
19.1.2.3.1. Ausência da denúncia, da queixa-crime e da representação	671
19.1.2.3.2. Exame de corpo de delito	671
19.1.2.3.3. Nomeação de defensor ao réu	672
19.1.2.3.4. Intervenção do Ministério Público	672
19.1.2.3.5. Citação e interrogatório do réu	673
19.1.2.3.6. Prazos da acusação e da defesa	673

19.1.2.3.7. Nulidades no procedimento do júri	674
19.1.2.3.8. Sentença	675
19.1.2.3.9. Recursos	675
19.1.2.3.10. <i>Quorum</i> de julgamento nos tribunais	675
19.1.2.4. Omissão de formalidade essencial do ato	675
19.1.2.5. Arguição e saneamento das nulidades	676
Capítulo XX – Execução Penal	679
20.1. Introdução	679
20.2. Individualização da Pena	680
20.3. Do Preso: Assistência e Trabalho, Direitos, Deveres e Faltas Disciplinares	681
20.3.1. Assistência: conceito e finalidade	681
20.3.1.1. Da assistência material	681
20.3.1.2. Assistência à saúde	682
20.3.1.3. Assistência jurídica	682
20.3.1.4. Assistência educacional	682
20.3.1.5. Assistência social	682
20.3.1.6. Assistência religiosa	683
20.3.1.7. Assistência ao egresso	683
20.3.2. Trabalho do preso	683
20.3.2.1. Trabalho interno	683
20.3.2.2. Trabalho externo	684
20.3.3. Dos deveres	684
20.3.3.1. Das faltas disciplinares e o regime disciplinar diferenciado	685
20.3.4. Dos direitos	686
20.4. Dos Órgãos da Execução Penal	686
20.4.1. Do juízo das execuções	686
20.4.2. Do Ministério Público	686
20.4.3. Do Conselho Penitenciário	687
20.4.4. Do Conselho Nacional de Política Criminal	687
20.4.5. Dos departamentos penitenciários	687
20.4.6. Do patronato	688
20.4.7. Conselho da comunidade	688
20.5. Estabelecimentos Penais	688
20.5.1. Penitenciária de segurança máxima ou média	688
20.5.2. Colônia penal agrícola	689
20.5.3. Casa de albergados	689
20.5.4. Prisão domiciliar	689
20.5.5. Cadeias públicas	690
20.5.6. Hospital de custódia e tratamento	691
20.5.7. Centros de observação	691
20.6. Execução da Pena Privativa de Liberdade	691
20.6.1. Progressão no regime	692
20.6.2. Regressão no regime	698
20.6.3. Regime prisional e crimes hediondos	700
20.6.4. Execução provisória	705
20.7. Livramento Condicional	706

20.7.1. Introdução	706
20.7.2. Requisitos	706
20.7.2.1. Objetivos	706
20.7.2.2. Subjetivos	707
20.7.3. Condições do livramento	707
20.7.3.1. Condições obrigatórias	707
20.7.3.2. Condições facultativas	708
20.7.4. Revogação do livramento	708
20.7.4.1. Revogação obrigatória	708
20.7.4.2. Revogação facultativa (art. 87, CP)	708
20.7.5. Efeitos da revogação	709
20.7.5.1. Crime anterior à vigência do livramento	709
20.7.5.2. Crime na vigência do livramento ou outro motivo	709
20.7.6. Prorrogação do período de prova	709
20.7.7. Sentença de extinção da pena	710
20.8. Penas Restritivas de Direito	710
20.8.1. Considerações gerais	710
20.8.2. Crimes hediondos e assemelhados	712
20.8.3. Prestação de serviços à comunidade	714
20.8.4. Limitação de fim de semana	715
20.8.5. Interdição temporária de direitos	715
20.8.5.1. Considerações gerais	715
20.8.5.2. Execução da interdição temporária de direitos	716
20.8.5.3. Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo	716
20.8.6. Prestação pecuniária e perda de bens ou valores (da multa reparatória)	716
20.8.7. Conversão das penas restritivas de direitos	718
20.9. Suspensão Condicional da Pena	719
20.9.1. Introdução	719
20.9.2. Formas de <i>sursis</i> , seus requisitos e condições	720
20.9.2.1. Requisitos e condições	720
20.9.2.2. Fixação das condições	721
20.9.2.3. Período de prova	722
20.9.3. Audiência admonitória	722
20.9.4. Revogação do <i>sursis</i>	722
20.9.4.1. Revogação obrigatória	723
20.9.4.2. Revogação facultativa	723
20.9.5. Prorrogação do período de prova	723
20.9.6. Extinção da pena	724
20.10. Execução da Pena de Multa	724
20.10.1. Pena de multa	724
20.10.2. Processo de execução e a Lei nº 9.268/96	725
20.11. Remição	729
20.11.1. Introdução	729
20.11.2. Trabalho efetivo	730
20.11.3. Revogação do tempo remido	731
20.11.4. Momento do pedido	731
20.12. Unificação das Penas	732

20.12.1. Introdução	732
20.12.2. Unificação e outros benefícios	732
20.13. Detração Penal	733
20.13.1. Conceito	733
20.13.2. Aplicabilidade	733
20.13.3. Detração e pena restritiva de direito	734
20.14. Medidas de Segurança	734
20.14.1. Cessação da periculosidade	735
20.14.2. Desinternação ou liberação condicional	735
20.14.3. Aplicação da medida de segurança após a sentença	735
20.15. Excesso e Desvio na Execução	736
20.16. Anistia e Indulto	736
20.17. Recurso em Execução	737
Bibliografia	739